

Ruy — O Genial Mestre de Finanças

ANTÔNIO OSMAR GOMES

OS quatorze meses que Ruy Barbosa permaneceu na gestão da pasta da Fazenda do Governo Provisório, ao ser proclamada a República, isto é, de 15 de novembro de 1889 a 20 de janeiro de 1891, quando deixou o Ministério, foram dos mais fecundos em medidas atinentes a preservarem as finanças nacionais de maiores abalos, naquele período de indecisões generalizadas, após a súbita mudança de regime.

João Mangabeira, depois de apresentar, numa esplêndida síntese, fatos e depoimentos que dizem eloqüentemente da extraordinária atuação de Ruy no alto e difícilíssimo pôsto que Deodoro lhe confiara, lança êste como desafio, no tom seguro de incontestável afirmação: "dizei agora se, em nosso país, através de todos os regimes, já ocupou a pasta da Fazenda alguém que, de longe, se possa comparar ao formidável ministro do Governo Provisório". (*in—"Ruy — O Estadista da República"*, ed. José Olímpio, Rio, 1943, pág. 54).

E Oscar Bormann, com a sua grande autoridade no assunto e não menor conhecimento de causa, ao prefaciá-lo volume XVII, tomo II das "Obras Completas" de Ruy Barbosa, depois de ampla e documentada explanação, assim se expressa na última das nove conclusões que formulou:

"Foi notável sua obra administrativa. Pode atestá-lo o extenso rol de criações e reformas efetuadas; as quais dariam mais copiosos frutos, se algumas não houvessem sido deturpadas ou suprimidas. As autoridades legislativas e executivas preferiram, à remoção do entrave porventura surgido, o abandono da idéia cuja execução apenas se esboçava. Felizmente, muitas das providências repudiadas foram mais tarde restabelecidas, para uso e gozo de governos, que auferiram delas largo proveito, em benefício do Estado".

Como era natural, numa época de transição radical em que teria de tomar providências também radicais, ferindo interesses individuais e mesmo coletivos de toda ordem, uma vez que acima de tudo via o interesse supremo da Nação, Ruy foi tenazmente combatido, violentamente caluniado, porém jamais recuou, enfrentando sempre os inimigos com toda a altivez e com as vantagens todas de sua privilegiada inteligência, combatividade de homem público, sobre a qual, por ocasião da campanha civilista, um dos seus maiores adversários, Pinheiro Machado, formulou o seguinte juízo: "Vocês se iludem: o Ruy tem mais coragem que talento". (*J. Mangabeira, op. cit., pág. 61*).

Uma das campanhas mais rudes desencadeadas contra Ruy, na direção das finanças do Governo Provisório, tinha como razão principal e razão forte a grande baixa do câmbio verificada, com várias oscilações, nos primeiros tempos da República, e as emissões de papel-moeda, elevando consideravelmente o meio circulante.

O "papel e a baixa do câmbio" constituíram o tema do discurso magistral que pronunciou no Senado, a 3 de novembro de 1891, na tarde de cujo dia ocorreu o golpe de Estado dissolvendo o Congresso, de modo que somente a 12 e 13 de janeiro do ano seguinte pôde Ruy concluir a sua defesa, com dois outros discursos também monumentais.

No entanto, o ódio velho de seus acusadores não cansava, tanto que Ruy ainda teve que voltar ao assunto, muitos anos depois, em 1909, quando, na cidade paulista de Campinas, fazia a propaganda de sua candidatura à presidência da República. Eis porque êle confessava com amarga impaciência, mas nunca vencido: "Estou cansado de rolar a verdade, montanha acima dos ódios políticos, de desfazer todos os dias acusações que o ran-cor das paixões no dia seguinte torna a reunir, a cimentar, a erguer como novas baterias de agressões". (*in—"Obras Completas" de Ruy Barbosa, vol. XVIII. 1891, tomo I, ed. Ministério da Educação e Saúde, Rio, 1945, pág. 156*).

Nesse discurso de 3-11-91, o magnífico tribuno dizia, profeticamente, que ali não estava a fazer a sua defesa pessoal, pois tinha a certeza de que "esta seria cabalmente feita, cedo ou tarde, pela justiça do tempo". E é certo que a infalível justiça do tempo não lhe faltou, ainda mesmo em vida, e sobretudo agora, com a unânime e cada vez mais sólida consagração da posteridade que nêle reconhece e venera o genial homem público, o estadista completo, honra e glória da Pátria brasileira.

Ao assumir o espinhoso cargo, bem êle sabia quão árdua lhe iria ser a tarefa a desempenhar, pois considerava justamente que, sendo as finanças o nervo dos Estados, haveria de ser no terreno das finanças que se abriria, desde logo, contra o novo Governo, o fogo cerrado da reação. Sabia que as primeiras finanças da República teriam de enfrentar todos os problemas e vícios das últimas finanças do império, e isso declarou no discurso em aprêço, afirmando: "Emissão, conversibilidade, câmbio, direitos em ouro, mobilização do lastro metálico, todos êsses problemas de agora são os mesmos

problemas de ontem, os mesmos do princípio de 1890”.

Também não coube ao novo regime, como resultado da orientação que às suas finanças dera o ministro da Fazenda, Ruy, a responsabilidade das fantásticas negociatas da Bôlsa, com títulos que chegaram a subir 30% de um dia para o outro e 150% em um mês, conforme registrou o *Jornal do Comércio*, em 18-12-89, para assinalar que êsse “descomunal desenvolvimento” se verificou ainda no tempo da monarquia, no trimestre de agosto a outubro de 89.

E' o que, igualmente, êle esclarece ao Senado, dizendo que “a febre das especulações de bôlsa nasceu das finanças republicanas”, acentuando ser “enfermidade preexistente, que, durante as últimas semanas da monarquia, se exacerbava até às proporções de delírio agudo”, uma vez que “a jogatina, estabelecida pelos bancos auxiliares da lavoura, tocou ao auge, sob a fascinação exercida pelos títulos do Banco Nacional”. E continua em tom categórico: “Não fomos nós os semeadores do jôgo, como não fomos os criadores da crise, a que tivemos de acudir nos primeiros meses da revolução”. A crise a que Ruy então se referia era “a crise monetária, em que desapareceram os bancos metálicos, apenas esboçados”, a qual “teria estado sob a monarquia, se a República não se apressasse”, visto como “a baixa do câmbio havia forçosamente de dar-se, apenas cessassem os efeitos dos empréstimos contraídos no exterior”.

Em seguida, faz considerações acêrca do meio circulante e da circulação metálica, em face das ponderáveis influências a que ambos se acham sujeitos “num país de câmbio mudável como o tempo nos climas tropicais”. E, com perfeita segurança da matéria, diz que “essa mutabilidade do câmbio, essa sua depressão habitual denunciam a insuficiência dos recursos ordinários do país na liquidação de suas contas com os mercados do exterior”, argumentando logicamente que “não é a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto; é, pelo contrário, a estabilidade do câmbio ao par, efeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação conversível”.

Que magistral lição de economia política, ainda agora tão oportuna, para ser meditada pelos atuais mentores de nossas atribuladas finanças públicas! E' que naquele tempo chegamos a ter, como há pouco tivemos, saldos em nossas transações com o estrangeiro, os quais, porém, foram transitórios, desapareceram, e, assim, desaparecendo, inclinaram contra nós o câmbio.

Daí a sua afirmação solene de que “não foi o governo republicano que matou a circulação metálica”, desde que “ela era apenas um embrião incapaz de vida, e morreu pela impossibilidade orgânica de viver”, até porque “o trôco em ouro era uma impostura consagrada nos textos, mas contrariada pela realidade”.

“Quanto ao lastro das emissões — ouro, ou apólices —”, Ruy explica que “as tradições nacio-

nais eram, incontestavelmente, pelo último, de preferência ao primeiro alvitre”, e se estriba em pareceres como o do grande Mauá, a quem chama textualmente de “um dos espíritos de mais alto tino e talvez o de mais profunda aptidão prática nestes assuntos, que êste país já possuiu”. O trabalho que cita, de Mauá, publicado, em 1879, no “*Jornal do Comércio*”, assim conclui:

“Dois são os caminhos, que a razão e a consciência indicam, para alcançar semelhante fim (aquisição de ouro): aumento de produção, em escala bastante grande para assegurar o ingresso de metais em representação dos saldos a favor do país durante a pletoia produtiva; ou fazer uso do crédito no exterior, para conseguir uma grande importação de metais. A primeira hipótese luta com dificuldades invencíveis. O trabalho, que cria a riqueza, escasseia, em vez de aumentar. Se a primeira hipótese é por enquanto impossível, a segunda nem é discutível; importar metais, para vê-los seguir de torna-viagem, talvez pelos mesmos valores por que foram importados, seria o cúmulo dos disparates: o absurdo não se discute, rejeita-se”.

Mauá, por conseguinte, em cuja opinião Ruy, nesse caso, se amparava, era um dos que tinham a compreensão de que, dadas as nossas condições e peculiaridades econômicas, para êsse efeito especial de lastro de emissões, em nosso país, havia a superioridade da apólice sôbre o ouro. Dêsse modo, diz Ruy que “não foram fantasias do governo revolucionário que inspiraram tais medidas”, porém, sim, “a tradição invariável do nosso país, nas lições de nossa história, nas opiniões constantes dos nossos financeiros”.

Depois de várias outras considerações a respeito da moeda em circulação e do câmbio, da emissão e da conversibilidade, valendo-se dos exemplos e das experiências de outras nações e constantemente de nossa própria tradição, Ruy passa a falar como verdadeiro mestre de finanças, que realmente é, ensinando que “o meio circulante de um povo não se avalia pela sua quantidade, considerada em absoluto, mas, sim, — de um lado, pelo seu poder de circulação, isto é, pela maior ou menor facilidade com que êle gira no país; — de outro lado, pela economia que se faz, do seu uso direto, mediante os artifícios comerciais destinados a representá-lo, e dispensá-lo”. E ilustra o que afirma com esta figura bem precisa: “Um vagão, utilizado em dez ou vinte viagens, representa uma soma de transportes superior aos serviços do mesmo veículo viajando apenas uma vez”.

Mas continuemos a receber a monumental lição do Mestre, que nos parece tão oportuna neste momento, quando em nosso país o complexo problema, que é bem um velho problema nosso, o problema das emissões de papel-moeda, tantas contradições tem suscitado nos meios financeiros, responsáveis.

Eis o que Ruy ensina: “Nem tôda a moeda emitida é moeda circulante. Ora, só a moeda que circula, pode repletar a circulação; só a moeda

que atravessa o mercado entre as duas correntes da oferta e da procura, pode, quando exagerada em sua soma, atuar para a depreciação de si mesma. A parte das emissões efetuadas, que hiberna, pelas circunstâncias especiais de certos países, nas mãos de seus detentores, a parte que se eclipsa do movimento das transações, — essa parte, por isso mesmo que não funciona, que não se sente, que não se descobre, é um elemento inerte, que não pode influir para a valorização ou desvalorização geral de moeda.

É certo que isto que êle apontava como ocorrendo ontem, em abono da sua tese, ainda hoje ocorre: “No Brasil somas enormes dormem empoçadas, estagnadas, esquecidas, nas gavetas do habitante das cidades, nas armas do operário urbano, nas cintas do trabalhador agrícola, nos cofres dos proprietários rurais, nas botas do sertanejo, nos esconderijos dos pobres e nas secretarias dos ricos, nas casas da população sedentária e nas malas da população flutuante”, por conseguinte, continua Ruy: “à quantidade nominal das emissões havemos de abater essa parte retraída, havemos de desprezá-la, para calcular a circulação real, e que, para essa dedução, a margem deixada por ela nos habilita, e nos obriga a preencher a diferença mediante suprimentos correspondentes ao desfalque verificado”, considerando adiante que “essa diferença entre a importância aparente e a importância efetiva da circulação é um elemento de alcance fundamental”. Porém não fica apenas nisso a sua lição, e assim é que apresenta no caso outras considerações, a seu ver, não menos fundamentais, como sejam: “as variações na necessidade de meio circulante, conforme a natureza das aplicações do capital, e a maior ou menor facilidade, a dificuldade, maior, ou menor, de circulação em cada país”. E entra a explicar mais detalhadamente o seu pensamento: “A perfeição a êste respeito, consistiria em operar com a menor soma possível do meio circulante a maior soma possível de transações. Ora, quanto menos adiantado se acha um país, tanto mais lento é o circular da moeda, e tanto maior soma dela, portanto, se requer para o mesmo número de operações para a mesma quantidade de permutas”.

E, então, falando há cerca de sessenta anos passados, Ruy pinta êste quadro de uma atualidade flagrante, como se estivesse falando do Brasil de hoje em dia: “somos um país quase exclusivamente agrícola; somos um país de população esparsíssima; somos um país atrasadíssimo em meios de transporte; somos um país, onde quantidades incalculáveis de meio circulante se imobilizam em acumulações particulares, e onde o mecanismo usual das permutas, em estado ainda quase rudimentar, põe continuamente em contribuição, o emprêgo material da moeda, real, ou representativa”.

Passando a outra espécie de considerações, em que vamos encontrar apontados ontem pelo Mestre, os mesmos fenômenos econômicos e financeiros da crise com que hoje se defronta o nosso país, está dito por êle que a inferioridade da im-

portação à exportação era naquele momento a mais assinalada dentre tôdas as convergências fatais ao câmbio internacional. E Ruy se expressava sôbre o assunto, com esta admirável clareza: “Exportar é emprestar. Importar é dever. E, quando, no encontro entre o débito e o crédito, no tráfego entre dois povos, a obrigação que se contrai excede o valor do título, que se adquire, inevitavelmente o poder permutativo da moeda metálica, a única em que se resolvem as transações internacionais, crescerá na praça devedora em razão direta do que ela exercer nos mercados estrangeiros”. E, assinalando naquela época, como hoje podemos, infelizmente, assinalar ainda, a superioridade da importação à exportação, assim argumentava o eminente brasileiro: “ao passo que a República não recebe do estrangeiro os suprimentos de ouro, com que os empréstimos do império periodicamente nos renovavam o cabedal esgotado; ao passo que o capital peregrino se retira de empresas nossas, e o capital brasileiro se transfere, na compra delas, para a algebeira européia; ao passo que o aumento da produção agrícola é neutralizado, em grande parte, pela obstrução das vias de transporte, — a importação apresenta uma intumescência desmesurada, inaudita, fabulosa”.

Muitos outros pontos importantíssimos Ruy abordou nesse seu notável discurso no Senado da República, a 3 de novembro de 91, como, por exemplo, a influência nefasta das especulações dos bancos estrangeiros, através de suas agências em nosso país, jogando com o câmbio e causando-nos os maiores prejuízos. Foi isso que êle classificou de “forma inominável da agiotagem: a da usura imigrante, que, sem ao menos capitais seus, vem incrustar-se, como os comensais orgânicos, na fortuna de uma nação hospitaleira e generosa, para arruiná-la à custa dos recursos com que ela os alimenta”.

Uma coisa, porém, é preciso esclarecer — isto que foi ressaltado pelo Mestre quase ao terminar êsse monumental discurso, dizendo: “Não pertenço ao número dos que, a respeito de circulação fiduciária, constituem a escola dos *desabusados*. Não creio na inocência dos excessos de papel. Não desconheço que as suas intemperanças podem ser perniciosas no mais alto grau. Nego apenas que os sintomas financeiros da atualidade indiciem um caso de supersecreção nas funções emissoras”.

Falou durante quase quatro horas a fio, Ruy Barbosa, quando confessou já se sentir sem forças, para prosseguir, não porque o assunto estivesse esgotado, tanto que se inscreveu para continuar no dia seguinte, o que só lhe foi possível dois meses depois, em virtude da dissolução do Congresso nesse mesmo 3 de novembro.

Realmente, êle foi um formidável Ministro da Fazenda, um verdadeiro Mestre de finanças públicas, que deu aos seus contemporâneos e deixou à meditação dos pósteros, abundantemente, ensinamentos profundos da sua sabedoria e magníficas lições do seu gênio.

(Transcrito do “Jornal do Comércio” de 6 de novembro de 1949).